



SUPERINTENDENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

PORTARIA Nº 002/SUPECOL/PMJP/2026

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, LOURRANT CANTÃO PESSOA, nomeado pelo Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º do Decreto nº 308, de 24 de fevereiro de 2022, e

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 618/PGM/PMJP/2025, que concluiu não ser recomendável a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente nas fases de planejamento da contratação e de seleção do fornecedor, em observância ao princípio da segregação de funções, previsto na Lei nº 14.133/2021 e consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União TCU;

CONSIDERANDO, contudo, que o referido parecer admite a flexibilização excepcional dessa segregação funcional quando presentes circunstâncias específicas, tais como a insuficiência de quadro de servidores capacitados, desde que a decisão seja devidamente motivada pela autoridade competente, em conformidade com os arts. 20 a 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB;

CONSIDERANDO que a nomeação através da Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026 da servidora ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA, Economista, matrícula nº 11.332, lotada na SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, não logrou êxito, não se mostrando adequada para atender às demandas administrativas existentes;

CONSIDERANDO que os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação detêm conhecimento técnico aprofundado acerca dos objetos a serem licitados, bem como maior domínio sobre as especificidades das demandas administrativas, o que contribui para a elaboração mais eficiente, precisa e alinhada dos instrumentos convocatórios;

CONSIDERANDO, ainda, a inexistência, no momento, de outros servidores devidamente capacitados para a elaboração de editais e atos correlatos, circunstância que impõe a adoção de medida excepcional, devidamente motivada, a fim de assegurar a continuidade e a eficiência dos procedimentos licitatórios;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação lotados da SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações.

Art. 2º As atribuições previstas no artigo anterior deverão ser exercidas em estrita observância à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, aos decretos regulamentadores e às normas internas aplicáveis, preservando-se o princípio da segregação de funções.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 20 de janeiro de 2026.

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)
LOURRANT CANTÃO PESSOA
Superintendente de Compras e Licitações
Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **LOURRANT CANTÃO PESSOA, SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, em 20/01/2026 às 08:59, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2352757** e o código verificador **5444B235**.

Docto ID: 2352757 v1



DECRETO N. 2465, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 52 de 15/09/2025 \(ID 2041638\)](#),

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Ângelo Simões: Agente de Contratação/Presidente Pregoeiro;
- II - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- IV - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- V - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Ana Paula de Souza Meireles;
- II - Adriana Souza Leite;
- III - Izabelly Paiva Porfírio;
- IV - Vivian Vieira de Araújo
- V - Neurizete dos Santos

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025, ([ID 1957352](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 16 de setembro de 2025.

[assinado eletronicamente]

AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/09/2025 às 08:21, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2044611** e o código verificador **312BA8A5**.

Docto ID: 2044611 v1

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 012/SUPECOL/PMJP/RO/2026

(CADASTRO COMPRASGOV: 90012/2026)

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-12512/2024 - SEMASF

OBJETO: Aquisição de ferramentas e equipamentos de manutenção predial (*lavadora de alta pressão, escada, cortador de grama, carrinho de mão, furadeira e parafusadeira*) por intermédio da Secretária de Assistência Social e Família para atender as necessidades das Unidades vinculadas: Instituição Adélia Francisca, Casa da Mulher Ji-Paranaense, CRAS Morar Melhor II, CRAS São Francisco e CRAS Jardim dos Migrantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 11/03/2026 às 09:30h (*horário de Brasília*)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PARTICIPAÇÃO:

- EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

REGISTRO DE PREÇOS: NÃO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 21.509,39 (*vinte e um mil quinhentos e nove reais e trinta e nove centavos*).

FONTE DE RECURSOS:

CRAS São Francisco, CRAS Jardim dos Migrantes e CRAS Morar melhor:

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FONTE DE RECURSOS:

18 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

02 PODER EXECUTIVO

02 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

021801 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 244 Assistência Comunitária

08 244 0009 PRÓ-VIDAS - Proteção às Vítimas de Violação de Direitos

08 244 0009 2012 0000 Manutenção das Atividades do PRÓ-VIDAS

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FICHA Nº 1722 RECURSO FEDERAL

Instituição Adélia Francisca e Casa da Mulher Ji-Paranaense
DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FONTE DE RECURSOS:
18 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
02 PODER EXECUTIVO
02 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
021801 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 Assistência Social
08 244 Assistência Comunitária
08 244 0009 PRÓ-VIDAS - Proteção às Vítimas de Violação de Direitos
08 244 0009 2012 0000 Manutenção das Atividades do PRÓ-VIDAS
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FICHA Nº 1723 RECURSO FEDERAL

EDITAL: Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná, 23 de fevereiro de 2026.

Willian Gabriel Resende Matias
Pregoeiro
Decreto nº 2465/GAB/PMJP/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N. 012/SUPECOL/PMJP/RO/2026
(CADASTRO COMPRASGOV: 90012/2026)

PARTICIPAÇÃO – EXCLUSIVA ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 2465/GAB/PMJP/2025**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11 de março de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-12512/2024 - SEMASF

1. DO OBJETO

1.1. *Aquisição de ferramentas e equipamentos de manutenção predial (lavadora de alta pressão, escada, cortador de grama, carrinho de mão, furadeira e parafusadeira) por intermédio da Secretária de Assistência Social e Família para atender as necessidades das Unidades vinculadas: Instituição Adélia Francisca, Casa da Mulher Ji-Paranaense, CRAS Morar Melhor II, CRAS São Francisco e CRAS Jardim dos Migrantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.*

1.2. A licitação será realizada em **09 (nove) itens**, conforme tabela constante do **ANEXO II** do Edital – Carta Proposta.

1.3. Os itens do presente certame são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/MEI/EPP** nos termos da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

1.4. Em caso de **discordância existente** entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, **prevalecerão às últimas.**

1.5. **As licitantes deverão apresentar catálogo, folder, ficha técnica ou declaração do fabricante contendo as especificações dos equipamentos ofertados, que permitam a verificação pelo setor requisitante da conformidade dos produtos ofertados com as exigências descritas no Anexo II.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda **não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor **total do item**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.**

4.9. O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

4.10. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública.**

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

- 5.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15.** **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**
- 5.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17.** **No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**
- 5.18.** Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 5.21.2.2. empresas brasileiras;
 - 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.
 - 5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**.
 - 5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

6.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)
- 6.3.1. **A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).**
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 3.6 deste edital.**
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 6.6.1. conter vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.
- 6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:
- 6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi - integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.8.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.9. **Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração,

o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no **Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016**, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.** (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).

7.12. A **verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:

7.14.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. **O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico **www.ji-parana.ro.gov.br** - Portal da Transparência.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. **A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.**

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. **A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.br e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).**

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.11.1.1. *Apêndice do Termo de Referência*

11.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

11.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

11.11.3.1. *ANEXO III – A – Modelo de Declaração*

11.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná, 23 de fevereiro de 2026.

Willian Gabriel Resende Matias

Pregoeiro

Decreto nº 2465/GAB/PMJP/2025



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição de materiais permanentes por meio da secretária de Assistência Social e Família para atender as necessidades das Unidades vinculadas: Instituição Adélia Francisca, Casa da Mulher Ji-Paranaense, CRAS Morar Melhor II, CRAS São Francisco e CRAS Jardim dos Migrantes.

Natureza do objeto

1.1. O objeto da presente contratação possui **natureza de bem comum**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de equipamentos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.2. Consideram-se bens comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Quantitativo

1.3. A presente aquisição de bens permanentes de natureza comum, do tipo ferramentas, tem por objetivo atender às unidades a ela vinculadas à SEMASF, viabilizando a execução de serviços de reparos, conservação e manutenção predial e de rotina, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e melhores condições de atendimento aos usuários dos serviços socioassistenciais.

1.4. O quantitativo estimado de equipamentos necessários está relacionado a seguir, conforme levantamento das necessidades das unidades da SEMASF contidos:

- DFD - DFD - Formalização de Demanda 949 de 12/09/2024 (ID 1196705)
- DFD - DFD - Formalização de Demanda 939 de 12/09/2024 (ID 1196728)

- DFD - DFD - Formalização de Demanda 1024 de 12/09/2024 (ID 1196745);
- DFD - DFD - Formalização de Demanda 1024 de 12/09/2024 (ID 1196745)
- DFD - DFD - Formalização de Demanda 938 de 12/09/2024 (ID 1196752)
- DFD - DFD - Formalização de Demanda 1179 de 12/09/2024 (ID 1196761)
- Reserva de Dotação 1694 de 01/11/2024 (ID 1322751)
- Reserva de Dotação 1695 de 01/11/2024 (ID 1322752)
- Declaração de Adequação Financeira 1694 de 01/11/2024 (ID 1322749)
- Declaração de Adequação Financeira 1694 de 01/11/2024 (ID 1322749)
- Declaração de Adequação Financeira 1695 de 01/11/2024 (ID 1322750)

Especificações do objeto e quantidades

1.5. As especificações e quantidades dos elementos foram detalhadas nos itens 4.2, 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6 do ETP. Estas informações fornecem base para o planejamento, desenvolvimento e validação dos processos, garantindo que todos os componentes sejam corretamente implementados e monitorados:

1.5.1. CASA DA MULHER JI-PARANAENSE - [DFD - Formalização de Demanda 949 de 12/09/2024 \(ID 1196705\)](#)

item	especificação	qtd.	valor unitário	valor total
6	Lavadora industrial alta pressão motor 2.0cv 450 libras com carrinho lavadora de alta pressão completa, fabricada com materiais de alta qualidade, compacta e eficaz. Lavadora industrial alta pressão motor 2.0cv 450 libras com carrinho lavadora de alta pressão completa, fabricada com materiais de alta qualidade, compacta e eficaz. Principais aplicações: produtores rurais, lavagem de calçadas e autos em geral.	2	1.300,00	2.600,00
9	Escada em alumínio, extensível, dupla, com no mínimo 2x10 degraus, com altura 3,30/5,40m, altura aberta 3,00m, altura separadas 3,20m.	2	560,00	1.120,00

1.5.2. INSTITUTO ADÉLIA FRANCISCA - [DFD - Formalização de Demanda 1023 de 12/09/2024 \(ID 1196713\)](#)

item	especificação	qtd.	valor unitário	valor total
2	Escada com 7 degraus de alumínio tipo dobrável	1	550,00	550,00
8	Cortador de grama tipo carrinho. Cortador de grama tipo carrinho. Especificações técnicas: motor: b4t-6,0v g3 tipo de combustível: gasolina potência máxima: 6,0 cv a 3600 rpm diâmetro de corte: 22 / 55cm altura de corte: min. 1,5 cm - máx. 7,5 cm	1	600,00	600,00

1.5.3. CRAS SÃO FRANCISCO - [DFD - Formalização de Demanda 1024 de 12/09/2024 \(ID 1196745\)](#)

item	especificação	qtd.	valor unitário	valor total
5	Escada extensiva 3 em 1 em alumínio 13x2 degraus, escada agil, escada extensiva 3 em 1 em alumínio 13x2 degraus, escada agil, feita com ligas especiais de alumínio, o que lhe confere extrema leveza e resistencia, podendo ser utilizada de duas formas: estendida e no formato pintor, possui sapatas antiderrapante	3	1.000,00	3.000,00
17	Furadeira e parafusadeira 3/8 apertos rapido de 3/8 perfuracao metal 6,5mm madeira 15mm torque 10nm led empunhadadeira ergonomica luz de bateria de 12v acompanha: caia plastica com tampa transparente, 10 bits, 02 brocas e 01 extensor magnetico e carregador. (garantia minima de 1 ano com entrega no endereco: rua cambe, 2287 bairro: jk cep:7680 000 ji-parana/ro, centro de assistencia social - cras roda	3	200,00	600,00

23	Cortador de grama a gasolina 6000 cortadores de grama a gasolina 6000 tecnica: referencia: 90315740motor: b4t-6,0v g3tipo de combustivel: gasolina potencia maxima: 6,0 cv a 3600 rpm diametro de corte: 20" / 51 cm altura de corte: min. 1,5 cm - max.7,5 cm	3	2.000,00	6.000,00
28	Lavadora de alta pressao tensao (v): 220 potências (w): 2.200 pressao (lb/pol²) (bar): 600 (110) vazao (l/h): 500 comprimentos do cabo eletrico (m): 5 motores de inducao pistoes em aco inox 01 pistola profissional 01 carrinho de transporte 01 mangueira com trama de aco de 7,5 me	3	430,00	1.290,00
46	Carrinho de mão 60 lt	3	200,00	600,00

1.5.4. CRAS MORAR MELHOR II - [DFD - Formalização de Demanda 938 de 12/09/2024 \(ID 1196752\)](#)

item	especificação	qtd.	valor unitário	valor total
12	Furadeira e parafusadeira 3/8 aperto rapido de 3/8 perfuracao metal 6,5mm madeira 15mm torque 10nm led empunhadreira ergonomica luz de bateria de 12v acompanha: caia plastica com tampa transparente, 10 bits, 02 brocas e 01 extensor magnetico e carregador. (garantia minima de 1 ano com entrega no endereco: rua cambe, 2287 bairro: jk cep:7680-000 ji-parana/ro, centro de assistencia social - cras roda	2	639,00	1.278,00
33	Carrinho de mao 60 lt	2	109,25	218,50

1.5.5. CRAS JARDIM DOS MIGRANTES - [DFD - Formalização de Demanda 939 de 12/09/2024 \(ID 1196728\)](#)

item	especificação	qtd.	valor unitário	valor total
15	Furadeira e parafusadeira 3/8 aperto rapido de 3/8 perfuracao metal 6,5mm madeira 15mm torque 10nm led empunhadreira ergonomica luz de bateria de 12v acompanha: caia plastica com tampa transparente, 10 bits, 02 brocas e 01 extensor magnetico e carregador. (garantia minima de 1 ano com entrega no endereco: rua cambe, 2287 bairro: jk cep:7680-000 ji-parana/ro, centro de assistencia social - cras roda	2	219,00	438,00
19	Lavadora alta pressao, uso profissional: bomba de bronze, pistao em aco inoxidavel, mangueira de alta pressao (m) 10 em malha metalica de 10m, potencia (kw) 3.3, voltagem (v) 110/220 vazao maxima de agua (1/h) 610, com certificacao do inmetro.	1	1.429,09	1.429,09
21	Escada extensiva 3 em 1 em aluminio 13x2 degraus, escada agil, escada extensiva 3 em 1 em aluminio 13x2 degraus, escada agil, feita com ligas especiais de aluminio, o que lhe confere extrema leveza e resistencia, podendo ser utilizada de duas formas: estendida e no formato pintor, possui sapatas antiderrapante	1	449,00	449,00
24	Cortador de grama a gasolina 6000 cortador de grama a gasolina 6000 técnica: referencia: 90315740motor: b4t-6,0v g3tipo de combustível: gasolina potencia máxima: 6,0 cv a 3600 rpm diâmetro de corte: 20" / 51 cm altura de corte: min. 1,5 cm - max.7,5 cm regulagens de altura	1	2.169,00	2.169,00
34	Carrinho de mão 60 lt	2	279,85	559,70

Prazos

1.6. Considerando que o objeto desta contratação caracteriza-se por entrega única e imediata, sem gerar obrigações futuras, a formalização poderá ser realizada por meio de nota de empenho, que valerá como instrumento contratual.

1.7. O prazo para entrega será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho. Deverão se entregues na sede do Almoxarifado Central da Prefeitura de Ji-Paraná, situado à Av. Clóvis Arraes, RO 135 KM 01 (saída para Nova Londrina - zona rural) - CEP: 76.900-970 (antigo Partenon), em dias úteis, no horário das 7h30min as 13h30min.

Vigência contratual

1.8. A vigência abrangerá o período necessário à entrega integral dos equipamentos e à realização das verificações técnicas pela equipe responsável, até o recebimento definitivo do objeto.

1.8.1. Por se tratar de entrega imediata, a prorrogação da vigência não se aplica, salvo nas hipóteses excepcionais e devidamente justificadas, mediante autorização da autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando comprovada a necessidade de manutenção das condições contratuais para conclusão do fornecimento ou regularização de obrigações pendentes.

Recebimentos provisório e definitivo

1.9. O recebimento provisório dos bens ocorrerá no ato da entrega física dos equipamentos, mediante conferência das quantidades, especificações técnicas, integridade física, manuais e garantias, sendo lavrado Termo de Recebimento Provisório pela fiscalização designada.

1.10. Estando os equipamentos em perfeitas condições de uso e funcionamento, a Administração procederá ao recebimento definitivo, mediante Termo de Recebimento Definitivo, atestando a conformidade integral do objeto com as especificações e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, conforme orienta a Lei nº 14.133/2021.

1.11. O recebimento definitivo constitui a aceitação formal do objeto e será condição indispensável para a liberação do pagamento à contratada.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de aquisição de materiais permanentes e equipamentos de manutenção predial, incluindo lavadora de alta pressão, cortador de grama, escada e demais ferramentas correlatas, destinados às unidades Instituição Adélia Francisca, Casa da Mulher Ji-

Paranaense, CRAS Morar Melhor II, CRAS São Francisco e CRAS Jardim dos Migrantes, vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social SEMASF.

A aquisição justifica-se pela necessidade de garantir a adequada manutenção, segurança, limpeza e conservação das unidades, proporcionando ambientes seguros, adequados e confortáveis para usuários e servidores, bem como assegurando a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados à população.

Nos termos do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação está condicionada à demonstração do interesse público envolvido, da necessidade da contratação e da adequação da solução escolhida ao atendimento da demanda administrativa. Nesse contexto, verifica-se que a aquisição dos equipamentos permanentes constitui solução tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, uma vez que permitirá a realização contínua das atividades de manutenção predial, reduzindo custos com contratações frequentes de serviços terceirizados e prevenindo a deterioração das estruturas físicas das unidades.

A contratação encontra amparo, ainda, nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, sustentabilidade e continuidade do serviço público, representando medida de caráter estruturante voltada ao fortalecimento da infraestrutura física das unidades da SEMASF e ao aprimoramento das condições de trabalho e atendimento.

O processo encontra-se devidamente instruído com Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, os quais demonstram a necessidade da contratação, a viabilidade técnica e econômica da solução proposta e a conformidade com o planejamento das contratações públicas, em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Diante do exposto, resta plenamente justificada a contratação, por atender ao interesse público, à necessidade administrativa e à melhoria da prestação dos serviços socioassistenciais, condicionando-se sua realização aos parâmetros estabelecidos no art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA

A solução proposta envolve a aquisição de materiais permanentes e equipamentos de manutenção predial, tais como lavadora de alta pressão, cortador de grama, escadas e demais ferramentas correlatas, destinados às unidades atendidas pela SEMASF. O objetivo é garantir a manutenção eficiente, a segurança, a limpeza e a conservação dos espaços, proporcionando ambientes adequados e confortáveis para usuários e servidores, além de assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados.

A aquisição desses equipamentos é a alternativa mais adequada e vantajosa, pois assegura o uso racional e permanente dos recursos públicos, evitando gastos recorrentes com locações ou soluções temporárias. Ademais, permite melhor controle do ciclo de vida dos bens, desde a instalação e utilização até a manutenção preventiva e corretiva, seguindo as orientações técnicas dos fabricantes e as boas práticas de gestão patrimonial.

Portanto, a solução proposta visa garantir eficiência, durabilidade e sustentabilidade na utilização dos equipamentos, atendendo às demandas estruturais das unidades da SEMASF e contribuindo para a melhoria contínua das condições de atendimento à população.

Objetivo da contratação

3.2. A contratação busca atender integralmente às necessidades das unidades, e o fornecimento de bens comuns (lavadoras de alta pressão, cortadores de grama, escadas e ferramentas correlatas), garantindo:

- Equipamentos conforme especificações técnicas adequadas a cada ambiente;
- Manutenção preventiva e corretiva durante o período de vida útil;
- Treinamento básico para servidores sobre operação segura e cuidados com os equipamentos;
- Gestão do ciclo de vida, do fornecimento ao descarte ambientalmente responsável.

Considerações sobre o ciclo de vida

3.3. A solução considera todas as fases do ciclo de vida dos equipamentos:

1. Aquisição - seleção de produtos com eficiência energética e conformidade com normas técnicas;
2. Transporte e armazenamento - garantindo integridade dos equipamentos;
3. Operação e manutenção - com suporte técnico e manutenção preventiva programada;
4. Descarte ou substituição - realizado de forma ambientalmente responsável, seguindo regulamentações vigentes.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Materiais necessários

4.1. Todos os materiais necessários serão fornecidos pela contratada. Deverão ser de primeira qualidade sem quaisquer ônus à contratante.

Qualificação técnica

4.2. Possuir no mínimo 01 (um) atestados de capacidade técnica para comprovação de aptidão para fornecimento, objeto deste Termo, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa prestou, ou vem prestando com qualidade, a contento, o fornecimento compatível com o objeto deste Termo de Referência.

4.3. O atestado deverá conter no mínimo, as seguintes informações - identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação do licitante e descrição clara dos serviços prestados.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto se dará mediante a entrega integral e única dos bens de consumo adquiridos, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, bem como no endereço indicado no item 1.7 deste documento.

5.2. A entrega deverá observar as seguintes condições:

1. Local de entrega - os produtos deverão ser entregues na no Almoxarifado Central, localizado à Av. Clóvis Arraes - RO KM 135, S/N - saída p/ Nova Londrina - Zona Rural - CEP.: 76.900-970 - Ji-Paraná/RO.
2. Prazo de entrega - os itens deverão ser entregues até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.
3. Condições dos produtos - todos os itens deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, dentro do prazo de validade (quando aplicável), acondicionados de forma adequada e conforme as especificações constantes no Termo de Referência.
4. Responsabilidade pelo transporte - o transporte e o descarregamento dos bens até o local de entrega são de inteira responsabilidade da contratada, correndo por sua conta eventuais custos adicionais.
5. Conferência e recebimento - a SEMASF, por meio de servidores designados, realizará a conferência quantitativa e qualitativa dos bens entregues, atestando sua conformidade com as especificações contratuais.
6. Substituição de produtos - em caso de divergência, avaria ou irregularidade nos itens entregues, a contratada deverá proceder à substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado,

ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Da nota fiscal e dos documentos que devem acompanhá-la

5.4. A nota fiscal eletrônica deverá conter a indicação integral do material, conforme a discriminação da Nota de Empenho, marca/modelo, quantidade, e os preços unitário e total, e nas informações adicionais deverá conter o número de empenho e do processo para melhor fiscalização.

5.5. Será condição para o pagamento do valor constante em cada Nota Fiscal Eletrônica, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal e Dívida Ativa da União (FEDERAL), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

Do acompanhamento e da fiscalização

5.6. Os objetos entregues ficarão sob rigorosa fiscalização da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família, podendo esta adotar providências que julgar adequadas a perfeita execução das atividades de acordo com o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência conforme artigo 117, parágrafo 2º da Lei nº 14.133/2021.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. Todos os objetos/produtos deverão possuir garantia referente a defeitos e/ou vícios de fabricação, embalagem, transporte, dentre outros, pelos períodos estipulados no Código de Defesa do Consumidor.

Dos critérios de pagamento

5.9. Os objetos deverão ser entregues de acordo com os parâmetros mínimos estabelecidos a seguir. É importante destacar alguns aspectos adicionais, além daqueles previstos neste Termo de Referência, relacionados aos critérios de avaliação do serviço prestado que serão utilizados para aferir os resultados conforme o item 6. O descumprimento desses parâmetros acarretará sanções, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

Da forma de pagamento

5.10. O pagamento será efetuado sempre no mês subsequente ao da entrega e instalação do material em conformidade com o disposto na planilha de especificações e apresentação da Nota Fiscal Eletrônica com devido recebimento e certificação pela Comissão nomeada para este fim nos termos do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, a ser liquidada em conformidade com o artigo 62 da Lei nº 4.320/64, e de acordo com a disponibilidade financeira.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão do contrato será realizada conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, com vistas a garantir a adequada execução contratual, a entrega e instalação dos bens conforme especificações técnicas e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

6.2. Serão designados por meio de portaria específica:

- Gestor do Contrato: responsável por acompanhar e controlar a execução do contrato sob os aspectos administrativos, promovendo a interlocução entre a Administração e a contratada, e solicitando providências quando necessário.
- Fiscal do Contrato: responsável por acompanhar a entrega dos bens, verificar a conformidade dos materiais com as especificações técnicas constantes do edital e Termo de Referência, registrar ocorrências e emitir relatórios de recebimento provisório e definitivo.

6.3. A gestão contratual observará os seguintes procedimentos:

1. Acompanhamento da entrega: o fiscal verificará se os materiais entregues estão de acordo com o quantitativo, as especificações técnicas e as condições estabelecidas no Termo de Referência e nota de empenho ou contrato.
2. Registro de não conformidades: eventuais divergências ou irregularidades constatadas no ato da entrega serão registradas em termo próprio, cabendo à contratada a substituição ou correção no prazo fixado pela Administração.
3. Controle de prazos e garantias: o gestor do contrato deverá monitorar os prazos contratuais e o período de garantia dos bens, podendo acionar a contratada sempre que houver necessidade de substituição ou reparo durante a vigência da garantia, se for o caso.
4. Aplicação de sanções: caso sejam constatadas infrações contratuais, o gestor adotará as providências cabíveis, assegurando o contraditório e ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

6.4. A gestão contratual poderá contar com o apoio técnico de outros servidores da SEMASF, conforme a complexidade do objeto contratado.

6.5. Sanções Administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

6.5.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

6.5.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d. deixar de apresentar amostra;
- e. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

6.5.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.5.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.5.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

6.5.6. fraudar a licitação;

6.5.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

6.5.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

6.5.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

6.5.10. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.5.10.1. advertência;

6.5.10.2. multa;

6.5.10.3. impedimento de licitar e contratar;

6.5.10.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.5.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

a. a natureza e a gravidade da infração cometida;

b. as peculiaridades do caso concreto;

c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.5.12. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

6.5.13. Para as infrações previstas nos itens 6.5.1, 6.5.2 e 6.5.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

6.5.14. Para as infrações previstas nos itens 6.5.5, 6.5.6, 6.5.7, 6.5.8 e 6.5.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

6.5.15. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.5.16. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

6.5.17. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.5.1, 6.5.2 e 6.5.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

6.5.18. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.5.5, 6.5.6, 6.5.7, 6.5.8 e 6.5.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.5.1, 6.5.2 e 6.5.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

6.5.19. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 6.5.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

6.5.20. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.5.21. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.5.22. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.5.23. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.5.24. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

6.6. Acompanhamento e fiscalização

6.6.1. O serviço de acompanhamento e fiscalização ficará sob responsabilidade de servidores designados por meio de portaria/decreto, podendo adotar providências que julgar adequadas a perfeita execução das atividades de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

6.6.2. O fiscal do contrato informará aos superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência conforme Lei nº 14.133/2021.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Medição - será realizada por meio da conferência física e documental dos materiais entregues, verificando:

- a. Quantidade entregue em conformidade com a ordem de fornecimento.
- b. Atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência.
- c. Ausência de danos, defeitos ou avarias.

7.1.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante assinatura do termo de recebimento pelo servidor responsável.

7.1.2. O recebimento definitivo será formalizado após a verificação e aceite do setor competente.

7.2. Pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

7.2.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data do protocolo da nota fiscal na unidade competente, desde que não haja pendências ou inconformidades.

7.2.3. Eventuais diferenças, defeitos ou divergências nas especificações suspenderão o pagamento até a regularização pela contratada.

7.2.4. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de depósito bancário em conta indicada pela contratada, de titularidade da mesma.

Descontos e penalidades

7.3. Serão aplicados descontos e penalidades previstas em contrato caso haja atraso na entrega ou não conformidade dos materiais, sem prejuízo da rescisão contratual quando cabível.

Critérios de reajuste

7.4. O preço contratual poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data limite para apresentação da proposta, conforme a Lei nº 14.133/2021.

7.5. O reajuste será calculado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice setorial equivalente que melhor reflita a variação dos custos do objeto.

7.6. É vedada qualquer forma de repactuação, revisão ou reajuste antes do interregno de 12 meses, salvo hipóteses excepcionais de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Subcontratação

7.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, tendo em vista tratar-se de fornecimento direto de bens de natureza comum, cuja execução deve ocorrer exclusivamente pela contratada.

7.8. Não será admitido o repasse, cessão ou delegação a terceiros de quaisquer obrigações assumidas, incluindo transporte, acondicionamento, entrega ou demais atividades inerentes ao fornecimento.

7.9. A eventual subcontratação configurará descumprimento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas em lei e no instrumento contratual, sem prejuízo da rescisão administrativa e da responsabilização pelos danos decorrentes.

Obrigações da contratada

A contratada obriga-se a:

7.10. Fornecer os equipamentos conforme as especificações técnicas, quantidades e prazos definidos neste Termo de Referência e demais documentos do processo licitatório;

7.11. Entregar os bens devidamente novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manuais, cabos, acessórios e certificados de garantia, quando aplicável;

7.12. Efetuar a entrega no endereço indicado pela SEMASE, observando o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da emissão da Ordem de Fornecimento;

7.13. Arcar integralmente com todas as despesas referentes a transporte, frete, seguro, descarregamento, embalagem e quaisquer outros encargos necessários para a entrega segura e integral dos equipamentos no destino indicado;

7.14. Responsabilizar-se pela integridade dos bens até o recebimento definitivo, inclusive quanto a eventuais danos ocorridos durante o transporte, manuseio ou armazenamento;

7.15. Garantir a compatibilidade dos equipamentos fornecidos com a infraestrutura existente e fornecer todas as informações técnicas e documentações necessárias à empresa responsável pela instalação, a fim de assegurar o funcionamento adequado do conjunto;

7.16. Prestar esclarecimentos e suporte técnico remoto, quando solicitado pela fiscalização, para subsidiar a instalação e verificação de funcionamento realizada pelo contrato vigente de instalação;

7.17. Substituir, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer equipamentos entregues com defeito, vício ou incompatibilidade técnica, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação formal;

7.18. Cumprir as determinações da fiscalização do contrato, acatando as orientações quanto à entrega, documentação e prazos;

7.19. Atender integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como às normas técnicas e demais legislações aplicáveis ao objeto contratado.

Obrigações da contratante

A contratante obriga-se a:

7.20. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à plena execução do contrato, bem como indicar os locais de entrega dos equipamentos e os servidores responsáveis pela fiscalização e recebimento;

7.21. Emitir a Ordem de Fornecimento para início da entrega dos bens, observando os prazos e condições pactuados;

7.22. Providenciar local adequado para o recebimento e armazenamento temporário dos equipamentos até a instalação definitiva, garantindo condições de segurança e conservação;

7.23. Acompanhar, fiscalizar e registrar todas as etapas da execução contratual, inclusive o recebimento provisório e definitivo dos bens, adotando as medidas necessárias em caso de irregularidades;

7.24. Comunicar formalmente à contratada qualquer ocorrência que possa interferir no cumprimento das obrigações contratuais, concedendo prazo razoável para manifestação e correção;

7.25. Promover a articulação entre a empresa fornecedora e a empresa contratada responsável pela instalação, assegurando a compatibilidade técnica e a continuidade operacional dos equipamentos adquiridos;

7.26. Efetuar o pagamento devido à contratada, após o recebimento definitivo dos bens e a devida conferência da conformidade com as especificações técnicas, conforme prazos e condições previstos no contrato;

7.27. Cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis à execução contratual, especialmente as previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas do Município de Ji-Paraná.

7.28. Documentação de Habilitação

A participação no certame está condicionada à apresentação da documentação de habilitação, que comprove a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira da licitante, conforme previsto nos artigos 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

7.29. Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias;
- c) Documentos de eleição ou designação dos administradores, quando aplicável;
- d) Inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, no caso de sociedades simples;
- e) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.30. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS;
- e) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme o art. 642-A da CLT.

7.31. Qualificação Técnica

- a) Comprovação de que a licitante atua no ramo pertinente ao objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) o fornecimento de bens de características semelhantes ou compatíveis com o objeto desta licitação;
- b) Catálogo, folder, ficha técnica ou declaração do fabricante contendo as especificações dos equipamentos ofertados, que permitam a verificação da conformidade com as exigências do Termo de Referência.

7.32. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Demonstração de que a licitante possui capacidade financeira compatível com as obrigações do contrato, nos termos do edital.

7.33. Declarações Complementares

- a) Declaração de cumprimento das exigências do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menores em condições proibidas por lei;
- b) Declaração de inexistência de fatos impeditivos à habilitação;
- c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável;
- d) Declaração de que tem ciência e cumpre as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do edital do certame.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A seleção do fornecedor poderá ser realizada mediante Pregão Eletrônico, com julgamento pelo critério de menor preço por item, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, e demais dispositivos aplicáveis.

8.2. O certame observará os princípios da isonomia, competitividade, transparência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8.3. Serão consideradas aceitáveis as propostas que atenderem integralmente às especificações técnicas, condições de fornecimento e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, sendo desclassificadas aquelas que:

- a) apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os de mercado;

- b) não atenderem às especificações técnicas dos equipamentos;
- c) incluírem condições divergentes das fixadas no instrumento convocatório.

8.4. A contratação será formalizada mediante nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Embora o presente Termo de Referência classifique o objeto como bem comum, passível de contratação por meio de Pregão Eletrônico, ressalta-se que, nos termos do artigo 4º, inciso VI, do Decreto Municipal nº 0308/2022, a competência para realizar o enquadramento definitivo da modalidade de licitação, bem como para avaliar a hipótese de dispensa é da SUPECOL, a quem caberá a decisão final quanto à forma de contratação a ser adotada.

9 - ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação será definido com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores locais, consultas em plataformas eletrônicas de compras governamentais e/ou atas de registro de preços vigentes.

9.2. O valor total estimado para a aquisição é de R\$ 22.901,29 (vinte e dois mil, noventa e um reais e vinte e nove centavos).

Do valor preliminar

9.3. Os valores apresentados neste Termo de Referência têm caráter preliminar, sendo calculados com base em referências de contratações anteriores e pesquisa de mercado inicial.

9.4. A precisão dos custos finais dependem de cotação especializada a ser realizada pela Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL, que poderá ajustar os valores (no limite orçamentário previsto) de acordo com os preços praticados no mercado à época da contratação, sem que isso implique alteração na natureza ou no objeto da contratação.

Dessa forma, a Administração ressalta que a estimativa apresentada neste Termo de Referência serve apenas como parâmetro de planejamento e não constitui valor contratual definitivo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CRAS São Francisco, CRAS Jardim dos Migrantes e CRAS Morar melhor:

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FONTE DE RECURSOS:18 Fundo Municipal de Assistencia Social - FMAS

02 PODER EXECUTIVO

02 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

021801 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 245 Serviços Socioassistenciais

08 245 0006 PRO SOCIAL

08 245 0006 2014 0000 Bloco da Proteção Social Básica

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FICHA Nº 1237

Instituição Adélia Francisca e Casa da Mulher Ji-Paranaense

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FONTE DE RECURSOS:

18 Fundo Municipal de Assistencia Social - FMAS

02 PODER EXECUTIVO

02 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

021801 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 245 Serviços Socioassistenciais

08 245 0007 PRO VIDAS

08 245 0007 2012 0000 Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FICHA Nº 1692

Ji-Paraná, 20 de fevereiro de 2026.

elaborado por:

Melissa de A. Arantes

assinado por:

Sirlene Muniz Ferreira e Cândido
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0035/GAB/PM/JP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA DE ANDRADE ARANTES, ASSESSOR (A) TÉCNICO - SEMASF**, em 20/02/2026 às 11:33, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 20/02/2026 às 11:59, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2447076** e o código verificador **700FE7B4**.

Referência: [Processo nº 1-12512/2024](#).

Docto ID: 2447076 v1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar, a aquisição de materiais permanentes (ferramentas e equipamentos de manutenção predial), tendo em vista atender as necessidades das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Cada uma das Unidades: Instituição Adélia F., Casa da Mulher Ji-Paranaense, CRAS Morar Melhor II, CRAS São Francisco, atende e presta serviço a certa variedade de população, como crianças, idosos, mulheres em situação de violência, famílias em situação de vulnerabilidade, dentre outros. Equipamentos modernos e funcionais aumentam a eficiência operacional das unidades, reduzindo o tempo necessário para realizar tarefas básicas e permitindo que os servidores se concentrem nas necessidades dos usuários.

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO - NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

1.1. O objeto desta contratação consiste na aquisição de materiais permanentes (ferramentas e equipamentos de manutenção predial) destinados às Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família - SEMASF, com o objetivo de garantir a conservação, manutenção e funcionamento adequado das instalações.

1.2. Os itens incluídos são:

1. Lavadora de alta pressão equipamento para higienização de áreas externas e internas das Unidades, garantindo limpeza eficiente e segura.
2. Escada equipamento de apoio para acesso seguro a áreas elevadas, utilizado em serviços de manutenção predial.
3. Cortador de grama equipamento para manutenção de áreas verdes, promovendo a conservação do paisagismo e segurança dos usuários.
4. Carrinho de mão equipamento para transporte de materiais, ferramentas ou resíduos no interior e exterior das Unidades.
5. Furadeira e parafusadeira ferramentas elétricas para execução de pequenos reparos, montagem de móveis, fixações e serviços gerais de manutenção.

1.3. Todos os itens devem atender a especificações mínimas de desempenho, segurança e durabilidade, garantindo eficiência operacional e prolongada vida útil. A entrega será realizada nas Unidades vinculadas à SEMAS, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria, e os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1. A aquisição de ferramentas e equipamentos de manutenção predial é necessária para garantir a conservação, segurança e pleno funcionamento das Unidades vinculadas à SEMASF.

2.1. Os equipamentos listados lavadora de alta pressão, escada, cortador de grama, carrinho de mão, furadeira e parafusadeira são essenciais para:

1. Manutenção predial eficiente - permitem a execução de reparos, limpeza e conservação das áreas internas e externas das Unidades, assegurando condições adequadas de uso.
2. Segurança de servidores e usuários - equipamentos adequados reduzem riscos de acidentes e promovem o cumprimento das normas de segurança.
3. Continuidade e eficiência dos serviços públicos - garantem que as Unidades possam operar sem interrupções decorrentes de falhas ou ausência de ferramentas essenciais.
4. Adequação ao uso institucional e durabilidade - os itens são de natureza permanente, com longa vida útil, atendendo às necessidades rotineiras de manutenção e conservação.

2.2. Portanto, a aquisição é fundamental para a manutenção da infraestrutura das Unidades da SEMASF, contribuindo para a prestação de serviços de qualidade à população atendida, em conformidade com os princípios da administração pública e a Lei nº 14.133/2021.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme preconiza a Lei Federal 14.133/2021 a demanda foi inserida no documento de Formalização de Demanda - DFD, elaboradas por cada Unidade da secretaria, no intuito de promover melhor governança das contratações públicas através do planejamento eficiente e a boa gestão orçamentária, da seguinte forma:

- [DFD - Formalização de Demanda 949 de 12/09/2024 \(ID 1196705\);](#)
- [DFD - Formalização de Demanda 939 de 12/09/2024 \(ID 1196728\);](#)
- [DFD - Formalização de Demanda 1024 de 12/09/2024 \(ID 1196745\);](#)
- [DFD - Formalização de Demanda 938 de 12/09/2024 \(ID 1196752\);](#)
- [DFD - Formalização de Demanda 1179 de 12/09/2024 \(ID 1196761\);](#)
- [Reserva de Dotação 1694 de 01/11/2024 \(ID 1322751\);](#)
- [Declaração de Adequação Financeira 1694 de 01/11/2024 \(ID 1322749\);](#)
- [Declaração de Adequação Financeira 1695 de 01/11/2024 \(ID 1322750\).](#)

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, de forma a garantir a funcionalidade, durabilidade e adequação dos materiais permanentes ao ambiente de trabalho:

3.1. Todos os materiais devem ser novos, sem uso prévio, de primeiro uso, em perfeito estado de funcionamento e com acabamento adequado à sua finalidade.

3.2. Os itens deverão possuir qualidade compatível com uso contínuo em ambiente institucional, com resistência ao desgaste decorrente do uso frequente.

3.3. Devem ser fabricados com materiais de boa qualidade, preferencialmente com certificações técnicas e/ou de segurança.

3.4. Todos os itens (lavadora de alta pressão, escada, cortador de grama, carrinho de mão, furadeira e parafusadeira) devem atender a padrões de qualidade, segurança e durabilidade compatíveis com uso institucional;

3.5. Equipamentos elétricos devem possuir certificação de conformidade com normas de segurança;

3.6. Materiais e componentes devem ser resistentes, garantindo vida útil compatível com a natureza permanente do bem.

3.7. Os produtos deverão atender às normas da ABNT, do INMETRO e demais órgãos reguladores, quando aplicável, especialmente no que diz respeito à segurança no uso;

3.8. O fornecedor deverá apresentar nota fiscal, manual de operação e certificado de garantia de todos os equipamentos;

3.9. Todos os materiais deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação ou funcionamento;

3.10. O fornecedor deverá garantir assistência técnica e fornecimento de peças, se necessário, durante o período de garantia.

3.11. A entrega será realizada no endereço indicado pela Administração, em dias úteis, no horário das 7h30min às 13h30min, com prévio agendamento, **Almoxarifado Central - Av. Clóvis Arraes - RO 135 km 1, S/N saída para Nova Londrina, Zona Rural - CEP: 76.900-970 - Ji-Paraná/RO (antigo Partenon Centro de Eventos)**, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a emissão da nota de empenho.

3.12. O prazo total de entrega não poderá comprometer o funcionamento das Unidades.

3.13. O fornecedor deverá garantir atendimento técnico e suporte durante o prazo de garantia, mediante solicitação da Administração, sem ônus adicional.

3.14. Sempre que possível, dar-se-á preferência à aquisição de produtos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental e que tenham origem de fornecedores que respeitem os direitos trabalhistas e sociais.

3.15. A entrega deverá ser realizada em dias úteis, no horário de funcionamento do Almoxarifado Central: das 7h30min às 13h30min.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO/ AQUISIÇÃO

4.1. Com base no levantamento das necessidades das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a estimativa de aquisição dos equipamentos de manutenção predial é a seguinte:

4.2. CASA DA MULHER JI-PARANAENSE - DFD - Formalização de Demanda 949 de 12/09/2024 (ID 1196705)

item	especificação	qtd.	valor unitário	valor total
6	Lavadora industrial alta pressão motor 2.0cv 450 libras com carrinho lavadora de alta pressão completa, fabricada com materiais de alta qualidade, compacta e eficaz. Lavadora industrial alta pressão motor 2.0cv 450 libras com carrinho lavadora de alta pressão completa, fabricada com materiais de alta qualidade, compacta e eficaz. Principais aplicações: produtores rurais, lavagem de calçadas e autos em geral.	2	1.300,00	2.600,00
9	Escada em alumínio, extensível, dupla, com no mínimo 2x10 degraus, com altura 3,30/5,40m, altura aberta 3,00m, altura separadas 3,20m.	2	560,00	1.120,00

4.3. INSTITUTO ADÉLIA F. - DFD - Formalização de Demanda 1023 de 12/09/2024 (ID 1196713)

item	especificação	qtd.	valor unitário	valor total
2	Escada com 7 degraus de alumínio tipo dobrável	1	550,00	550,00
8	Cortador de grama tipo carrinho. Cortador de grama tipo carrinho. Especificações técnicas: motor: b4t-6,0v g3 tipo de combustível: gasolina potência máxima: 6,0 cv a 3600 rpm diâmetro de corte: 22 / 55cm altura de corte: min. 1,5 cm - máx. 7,5 cm	1	600,00	600,00

4.4. CRAS SÃO FRANCISCO - DFD - Formalização de Demanda 1024 de 12/09/2024 (ID 1196745)

item	especificação	qtd.	valor unitário	valor total
5	Escada extensiva 3 em 1 em alumínio 13x2 degraus, escada agil, escada extensiva 3 em 1 em alumínio 13x2 degraus, escada agil, feita com ligas especiais de alumínio, o que lhe confere extrema leveza e resistencia, podendo ser utilizada de duas formas: estendida e no formato pintor, possui sapatas antiderrapante	3	1.000,00	3.000,00
17	Furadeira e parafusadeira 3/8 apertos rapido de 3/8 perfuracao metal 6,5mm madeira 15mm torque 10nm led empunhadadeira ergonomica luz de bateria de 12v acompanha: caia plastica com tampa transparente, 10 bits, 02 brocas e 01 extensor magnetico e carregador. (garantia minima de 1 ano com entrega no endereço: rua cambe, 2287 bairro: jk cep:7680 000 ji-parana/ro, centro de assistencia social - cras roda	3	200,00	600,00
23	Cortador de grama a gasolina 6000 cortadores de grama a gasolina 6000 tecnica: referencia: 90315740motor: b4t-6,0v g3tipo de combustivel: gasolina potencia maxima: 6,0 cv a 3600 rpm diametro de corte: 20" / 51 cm altura de corte: min. 1,5 cm - max.7,5 cm	3	2.000,00	6.000,00
28	Lavadora de alta pressao tensao (v): 220 potências (w): 2.200 pressao (lb/pol²) (bar): 600 (110) vazao (l/h): 500 comprimentos do cabo eletrico (m): 5 motores de inducao pistoes em aco inox 01 pistola profissional 01 carrinho de transporte 01 mangueira com trama de aco de 7,5 me	3	430,00	1.290,00
46	Carrinho de mão 60 lt	3	200,00	600,00

4.5. CRAS MORAR MELHOR II - DFD - Formalização de Demanda 938 de 12/09/2024 (ID 1196752)

item	especificação	qtd.	valor unitário	valor total
12	Furadeira e parafusadeira 3/8 aperto rapido de 3/8 perfuracao metal 6,5mm madeira 15mm torque 10nm led empunhadadeira ergonomica luz	2	639,00	1.278,00

	de bateria de 12v acompanha: caia plastica com tampa transparente, 10 bits, 02 brocas e 01 extensor magnetico e carregador. (garantia minima de 1 ano com entrega no endereco: rua cambe, 2287 bairro: jk cep:7680-000 ji-parana/ro, centro de assistencia social - cras roda			
33	Carrinho de mao 60 lt	2	109,25	218,50

4.6. CRAS JARDIM DOS MIGRANTES - DFD - Formalização de Demanda 939 de 12/09/2024 (ID 1196728)

item	especificação	qtd.	valor unitário	valor total
15	Furadeira e parafusadeira 3/8 aperto rapido de 3/8 perfuracao metal 6,5mm madeira 15mm torque 10nm led empunhadadeira ergonomica luz de bateria bateria de 12v acompanha: caia plastica com tampa transparente, 10 bits, 02 brocas e 01 extensor magnetico e carregador. (garantia minima de 1 ano com entrega no endereco: rua cambe, 2287 bairro: jk cep:7680-000 ji-parana/ro, centro de assistencia social - cras roda	2	219,00	438,00
19	Lavadora alta pressao, uso profissional: bomba de bronze, pistao em aco inoxidavel, mangueira de alta pressao (m) 10 em malha metalica de 10m, potencia (kw) 3.3, voltagem (v) 110/220 vazao maxima de agua (1/h) 610, com certificacao do inmetro.	1	1.429,09	1.429,09
21	Escada extensiva 3 em 1 em aluminio 13x2 degraus, escada agil, escada extensiva 3 em 1 em aluminio 13x2 degraus, escada agil, feita com ligas especiais de aluminio, o que lhe confere extrema leveza e resistencia, podendo ser utilizada de duas formas: extendida e no formato pintor, possui sapatas antiderrapant	1	449,00	449,00
24	Cortador de grama a gasolina 6000 cortador de grama a gasolina 6000 tecnica: referencia: 90315740 motor: b4t-6,0v g3 tipo de combustivel: gasolina potencia maxima: 6,0 cv a 3600 rpm diametro de corte: 20" / 51 cm altura de corte: min. 1,5 cm - max. 7,5 cm regulagens de altura	1	2.169,00	2.169,00
34	Carrinho de mão 60 lt	2	279,85	559,70

4.7. A definição dos quantitativos a serem contratados foi realizada a partir de levantamento técnico conduzido pela equipe de cada Unidade solicitante, com base em critérios objetivos e diretamente vinculados às necessidades operacionais das Unidades.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. A solução identificada para atendimento da demanda consiste na aquisição de materiais permanentes, classificados como **bens comuns de consumo**, destinados a suprir as necessidades operacionais das Unidades da SEMASF.

5.2. Considerando que se trata de bens de uso comum, de especificações padronizadas, facilmente comparáveis entre si no mercado, a modalidade de Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, mostra-se a mais adequada. O Pregão Eletrônico é aplicável à aquisição de bens e serviços comuns, possibilitando ampla competitividade e maior transparência no processo, além de promover a economicidade.

5.3. Alternativamente, a modalidade Concorrência seria juridicamente possível, embora menos recomendada para o caso concreto, uma vez que se destina à aquisição de bens e serviços especiais ou de

grande vulto, demandando rito procedimental mais complexo e prazo mais extenso.

5.5. Adicionalmente, verifica-se que o objeto da contratação pode ser incluído em Sistema de Registro de Preços - SRP, caso haja previsão de aquisições futuras de natureza semelhante ou possibilidade de adesão por outros órgãos da Administração.

5.5.1. Embora admitida pela legislação, a adesão à Ata de Registro de Preços não se mostra a solução mais adequada ao presente caso. A realização de procedimento próprio permite à Administração exercer controle integral sobre todas as fases da contratação, desde o planejamento e definição das especificações técnicas até a estimativa de quantitativos, pesquisa de preços e fiscalização da execução. A adesão à ata limita a autonomia do órgão quanto à adequação do objeto às suas necessidades específicas, uma vez que as condições já foram previamente estabelecidas por outro órgão, podendo não refletir com precisão a realidade da Secretaria.

5.6. Dessa forma, após análise das alternativas cabíveis, recomenda-se a adoção do Pregão Eletrônico como modalidade mais adequada, ressalvada a possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação, caso o valor estimado da aquisição se enquadre no limite legal estabelecido.

5.7. Embora o presente documento aponte o objeto como passível de contratação por meio de Pregão Eletrônico, ressalta-se que, nos termos do artigo 4º, inciso VI, do Decreto Municipal nº 0308/2022, a competência para realizar o enquadramento definitivo da modalidade de licitação, bem como para avaliar a hipótese de dispensa é da SUPECOL, a quem caberá a decisão final quanto à forma de contratação a ser adotada

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Estimativas de valores para a contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais foram obtidos por meio de pesquisa de preços conforme previsto no art. 23 da lei 14.133/0021, realizados através do Documento de Formalização da Demanda - DFD.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ou (banco de preços). II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios

eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso (app menor preço). III - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; (fornecedores locais).

6.2. O valor total estimado para aquisição para o período de 12 (meses) de acordo com as Cotação QUADRO DE MÉDIA de 30/10/2024 (ID 1315339) é de **R\$ 22.901,29** (vinte e dois mil, noventa e um reais e vinte e nove centavos).

6.3. A definição da demanda foi realizada com base em diagnóstico técnico elaborado pela equipe responsável pelas Unidades vinculadas à SEMASF, considerando:

- a. número atual e estimado de atendimentos a população assistida;
- b. estrutura física disponível;
- c. equipe multiprofissional envolvida no atendimento;
- d. ausência ou obsolescência dos materiais atualmente disponíveis;
- e. ampliação dos serviços, conforme planejamento estratégico da SEMASF.

6.4. A formação do preço estimado considerou os quantitativos definidos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, sendo adotada como metodologia a apuração da média dos valores válidos obtidos na pesquisa de mercado.

6.5. Constan nos autos os seguintes documentos que compõem a memória de cálculo e dão suporte à estimativa: [Cotação MAPA DE APURAÇÃO de 19/01/2026 \(ID 2350140\)](#), [Cotação RELATORIO UNIFICADO de 19/01/2026 \(ID 2350141\)](#), [Cotação CONSOLIDADO de 19/01/2026 \(ID 2350142\)](#), [Cotação RESULTADO DE COTACAO de 19/01/2026 \(ID 2350143\)](#).

6.6. O Mapa de Apuração demonstra os valores unitários coletados, a metodologia adotada para tratamento dos preços e a média apurada por item, constituindo a memória de cálculo da contratação. O Relatório Unificado e o Consolidado evidenciam a consolidação das informações obtidas, assegurando transparência e rastreabilidade na formação do valor estimado.

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

ID	DATA	OBJETO	VALOR TOTAL
106285	19/01/2026	PROCESSO 12512 AQUISIÇÃO DE ITENS	R\$ 21.509,39

ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	PAINEL DE PREÇOS	LEITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	ILL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGO - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	TCE/RADAR MTO GROSSO	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 001	ESCALA EXTENSIVA 3 EM 1 EM ALUMÍNIO 1 3X2 DEGRAUS, ESCADA ÁGIL, Escada extensiva 3 em 1 em alumínio 13x2 degraus, escada ágil, feita com ligas especiais de alumínio, o que lhe confere extrema leveza e resistência, podendo ser utilizada de duas formas: estendida e no formato pinteiro, possui sapatas antiderrapantes, barras estabilizadoras e rodízios em polipropileno, carga mínima de trabalho 150kg, dimensões: fechada (1xcxh):0,58 x 0,12 x 4,19 m, aberta em v (1xcxh): 0,94x 2,94x3,53 m, estendido (1xcx h): 0,94x 13,5 x 6,68m	UN 4,00	////	////	////	936,99	1.199,99	////	////	990,00	////	1.042,33 4.169,32	11,24%
I 001 002	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA 3/8 APERTO RÁPIDO DE 3/8 PERFURAÇÃO METAL 6,5 MM MADEIRA 15MM TORQUE 10NM LED EM PUNHADEIRA ERGONOMICA LUZ DE BATERIA BATERIA DE 12V ACOMPANHA: CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA TRANSPARENTE, 10 BITS, 02 BROCAS E 01 EXTENSOR MAGNETICO E CARREGADOR.(GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO COM ENTREGA NO ENDEREÇO: RUA CAMBÉ, 2287 BAIRRO: JK CEP:7688-000 JI-PARANA/RO, CENTRO DE ASSISTENCIA S OCIAL - CRAS RODA MOINHO).	UN 7,00	////	////	////	////	210,00	170,70	////	////	200,86	193,85 1.356,95	13,56%
I 001 003	CORTADOR DE GRAPA A GASOLINA 6800 CORTADOR DE GRAPA A GASOLINA 6800 Técnica: Referência: 90315740Motor: B4T-6,0V G3Tipo de Combustível: gasolina Potência máxima: 6,0 cv a 3600 rpm Diâmetro de corte: 20" / 51 cm Altura de Corte: mín. 1,5 cm - máx.7,5 cm Regulagens de altura: alavanca única Avanço: tracionado (tração traseira) Rodas: dianteira: 7"/ 180mm traseira: 8"/ 201mm Capacidade do tanque: 1,0 l Consumo: 1,5 l	UN 4,00	1.990,00	1.946,51	////	////	////	////	////	////	1.634,92	1.857,14 7.428,56	13,59%
I 001 004	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO TENSÃO (V): 220 POTÊNCIA (W): 2.200 PRESSÃO (LB/POL"): (BAR): 680 (110) VAZÃO (L/H): 580 COMPRIMENTO DO CABO ELÉTRICO (M): 5 MOT OR DE INDUÇÃO PISTÕES EM AÇO INOX 01 PISTOLA PROFISSIONAL 01 CARRINHO DE TRANSPORTE 01 MANGUEIRA COM TAMPA DE AÇO DE 7,5 METROS 01 TUBEIRA PROFISSIONAL 400 MM 01 BICO LEQUE 01 BICO PARA SHAMPOO 01 ENGATE RÁPIDO	UN 4,00	////	////	////	448,00	410,00	////	////	434,00	////	430,07 1.722,68	5,04%
I 001 005	CARRINHO DE MAO 60 LT CARRINHO DE MAO 60 LT	UN 8,00	////	215,00	////	////	////	217,80	200,00	////	////	210,96 1.687,68	5,48%
I 001 006	LAVADORA INDUSTRIAL ALTA PRESSÃO M OTOR 2.0CV 450 LIBRAS COM CARRINHO L AVADORA DE ALTA PRESSÃO COMPLETA, FABRICADA COM MATERIAIS DE ALTA QUALIDADE, COMPACTA E EFICAZ. Lavadora Industrial Alta Pressão Motor 2.0CV 450 Libras com Carrinho Lavadora de Alta Pressão Completa, Fabricada com materiais de alta qualidade, compacta e eficaz. Principais Aplicações: Produtores Rurais,lavagem de calçadas e autos em geral, residências, escolas e condomínios.- Características: :: Motor Nova IP2 1 :: Válvula em aço inox :: Cabo elétrico de 5 metros com plug :: Mangueira com 10 metros de Extensão :: Esguicho com leque..	UN 2,00	1.220,00	////	////	////	1.424,90	////	////	////	1.300,00	1.314,97 2.629,94	7,78%
I 001 007	ESCALA EM ALUMÍNIO, EXTENSÍVEL , DUP LA, COM NO MÍNIMO 2X18 DEGRAUS, COM ALTURA 3,30/5,40M, ALTURA ABERTA 3,00M, ALTURA SEPARADAS 3,20M.	UN 2,00	596,94	////	////	////	////	596,94	////	////	561,90	585,26 1.170,52	4,16%



VALOR(ES) RETIRADO(S) POR INCOMPATIBILIDADE(S) DE PREÇO(S)



2-230140e CRC 350FB6D0

Página 1/2
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS 106285
CONSULTEC SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA
49.999.622/0001-64

ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	PAINEL DE PREÇOS	LEITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	ILL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGO - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	TCE/RADAR MTO GROSSO	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 008	ESCALA COM 7 DEGRAUS DE ALUMÍNIO TI PO DOBRÁVE	UN 1,00	////	////	////	////	419,99	557,36	////	////	561,90	513,08 513,08	22,16%
I 001 009	CORTADOR DE GRAPA TIPO CARRINHO. CORTADOR DE GRAPA TIPO CARRINHO. Especificações Técnicas: Motor: B4T-6,0V G3 Tipo de combustível: Gasolina Potência máxima: 6,0 CV a 3600 rpm Diâmetro de corte: 22" / 55cm Altura de corte: mín. 1,5 cm - máx. 7,5 cm Regulagens de altura: Independente nas 4 rodas Avanço: Manual Descarte: Saída lateral. Rodas: # Dianteira: 7" (180mm) # Traseira: 11" (280mm) Capacidade do tanque: 2,0l Consumo: 1,5l/h - Garantia: 6 meses	UN 1,00	////	////	////	837,50	////	823,81	////	////	////	830,66 830,66	0,83%
Valor total do anexo após análise			11.593,88	9.506,04	0,00	6.377,46	11.179,75	5.512,99	1.600,00	5.696,00	12.231,40	R\$ 21.509,39	
Valor total geral do anexo			11.593,88	9.506,04	0,00	6.377,46	11.179,75	5.512,99	1.600,00	5.696,00	12.231,40		

Servidor Responsável: Diego Lucas Rioja Ferreira



VALOR(ES) RETIRADO(S) POR INCOMPATIBILIDADE(S) DE PREÇO(S)



Página 2/2
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS 106285
CONSULTEC SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA
49.999.622/0001-64

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A necessidade da Administração consiste em equipar as Unidades vinculadas à SEMASF com materiais permanentes que garantam o pleno funcionamento do serviço, o atendimento humanizado e em

conformidade com as normas vigentes.

7.1. Após análise das alternativas possíveis, tem-se:

1. Aquisição mediante processo licitatório (Pregão Eletrônico ou Concorrência):

- Solução que melhor atende ao interesse público, por permitir ampla participação de fornecedores, assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa e garantir transparência.
- Permite também a aquisição de itens novos, com garantia e assistência técnica, assegurando a durabilidade e a qualidade necessárias.

2. Sistema de Registro de Preços (SRP), que é adequado quando há aquisições frequentes e parceladas, mas não se mostra imprescindível no caso concreto, uma vez que a demanda é pontual para equipar as unidades.

7.2. Dessa forma, a solução escolhida consiste na aquisição de materiais permanentes, por meio de **processo licitatório** adequado - preferencialmente **Pregão Eletrônico** - em razão de se tratar de bens comuns, objetivamente especificáveis.

7.3. A opção pela aquisição, em detrimento das demais alternativas, justifica-se pela economicidade, conformidade legal, garantia de qualidade e adequação às necessidades das Unidades vinculadas à SEMASF.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do artigo 40, inciso V, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação opta pelo PARCELAMENTO do objeto, com o objetivo de ampliar a competitividade, permitir a participação de maior número de fornecedores e garantir a contratação mais vantajosa para a Administração.

8.1. Os itens da contratação, embora relacionados ao mesmo grupo de consumo (equipamentos eletrônicos), **são autônomos em suas funcionalidades e especificações técnicas, sendo perfeitamente possível sua contratação isolada**, sem prejuízo à padronização ou interoperabilidade.

8.2. A adoção dessa sistemática possibilita:

- Maior abrangência na participação de fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte;
- Redução de preços, dada a especialização de cada fornecedor em itens específicos;
- Maior flexibilidade na contratação, sem a obrigatoriedade de um único fornecedor para todo o objeto.

8.3. Dessa forma, **o parcelamento com julgamento por item** atende plenamente aos Princípios da Eficiência, Economicidade, Isonomia e Seleção da Proposta mais Vantajosa, além de estar em conformidade com as diretrizes legais.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os objetivos almejados com as aquisições são os seguintes:

- a. melhoria da infraestrutura: a aquisição de materiais modernos e funcionais pode transformar significativamente a infraestrutura dos ambientes de trabalho, tornando os processos mais ágeis e eficientes, além de reduzir o tempo necessário para a execução das tarefas diárias.
- b. aumento da produtividade: equipamentos adequados e em bom estado contribuem diretamente para o aumento da produtividade da equipe, permitindo que os colaboradores desempenhem as funções de forma rápida e eficaz. Isso libera tempo para que possam se dedicar a atividades mais estratégicas e ao atendimento direto aos beneficiários.
- c. melhoria na qualidade dos serviços: com o uso de equipamentos modernos e eficientes, a qualidade dos serviços prestados tende a ser superior, o que resulta em maior satisfação dos usuários atendidos e na consolidação da reputação da instituição.
- d. aumento da capacidade de atendimento: materiais adequados permitem que os processos sejam realizados com maior rapidez e eficiência, que aumenta a capacidade de atendimento da secretaria, otimizando o tempo de resposta e o serviço prestado aos cidadãos.
- e. facilidade de manutenção: materiais de alta qualidade geralmente demandam menos manutenção, reduzindo custos e minimizando o tempo dedicado à manutenção corretiva, garantindo que os serviços da secretaria não sejam interrompidos devido a falhas nos equipamentos.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para garantir a regularidade e a vantajosidade da contratação, a Administração adotará, previamente à celebração do contrato as seguintes providências:

10.1. Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e jurídica dos fornecedores vencedores, conforme os requisitos definidos no edital.

10.2. Confirmação de que o fornecedor está apto para firmar contrato com a Administração Pública, mediante consulta aos cadastros de sanções (CEIS, SICAF, CADIN, etc.).

10.3. Publicação do extrato do contrato no prazo legal, conforme artigo 94 da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

10.4. Designação do fiscal ou da equipe de fiscalização do contrato, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, com ciência formal das suas responsabilidades.

10.5. Aprovação da minuta do edital e da minuta contratual pela Assessoria Jurídica, com emissão de parecer jurídico prévio e vinculante.

10.6. Verificação da disponibilidade orçamentária e emissão da respectiva reserva de dotação, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº 14.133/2021.

10.7. Inclusão do contrato no Plano Anual de Contratações (PAC) e demais sistemas obrigatórios (Compras.gov.br, Sistema de Registro de Preços, etc.), se for o caso.

10.8. Conferência e consolidação das especificações técnicas no Termo de Referência e minuta de edital, com base no ETP, DFD e pesquisa de preços, garantindo alinhamento entre planejamento e execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Até a presente data não existe em andamento contratações correlatas e/ou interdependentes desta Secretaria Municipal de Assistência Social que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura aquisição.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

A aquisição de materiais eletrônicos destinados às Unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, conforme determinado pela legislação vigente, deve seguir critérios específicos quanto à qualidade, sustentabilidade e impactos ambientais. Alguns pontos de consideração relevantes incluem:

- a. a aquisição de materiais eletrônicos para a Secretaria Municipal de Assistência Social pode gerar diversos impactos ambientais. Materiais eletrônicos consomem energia elétrica durante o uso, o que pode contribuir para a demanda energética e emissões de gases de efeito estufa se a energia for proveniente de fontes não renováveis. Além disso, a fabricação desses produtos requer materiais como metais, plásticos e componentes eletrônicos, cuja extração e processamento podem gerar impactos ambientais, como a degradação de ecossistemas e o esgotamento de recursos.
- b. os materiais eletrônicos descartados podem se tornar resíduos sólidos, contribuindo para a poluição do solo e da água se não forem descartados adequadamente.
- c. para lidar com esses impactos, é importante adotar medidas como a escolha de materiais com classificação energética alta, a promoção do uso eficiente de energia, a priorização de produtos fabricados com materiais reciclados ou de fontes sustentáveis e a implementação de programas de reciclagem de eletrodomésticos descartados. Também é fundamental estabelecer políticas de descarte responsável, promover a coleta seletiva e a destinação correta dos resíduos eletrônicos, apoiar iniciativas que promovam condições de trabalho justas e seguras e selecionar modelos de eletrodomésticos com baixo nível de ruído para mitigar os impactos da poluição sonora. Essas medidas ajudarão a tornar a aquisição de eletrodomésticos mais sustentável e a preservar o meio ambiente.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO - VIABILIDADE OU NAO PARA A CONTRAÇÃO

Com base no exposto, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de AQUISIÇÕES feitas anteriormente por esta Secretaria, **considera-se a aquisição viável**, além de necessária para garantir a continuidade das ações desenvolvidas. As questões elencadas no presente estudo subsidiarão critérios de razoabilidade, eficiência, legalidade, especificações, preço médio e o princípio da economicidade para a Administração Pública.

14. ANÁLISE DE RISCOS

Ao olhar para as vulnerabilidades do processo de forma ampla, é importante fazer um diagnóstico para evitar problemas desde a fase inicial até a formalização do processo.

Ações preventivas são aquelas que tomamos com base na análise de riscos para evitar que esses riscos aconteçam. Por outro lado, ações de contingência são aquelas que colocamos em prática quando os problemas começam a surgir.

Para melhor elucidar, serão classificados a probabilidade e o impacto através das possibilidades "BAIXO", "MÉDIO" e "ALTO", bem como será descrito os prejuízos dos danos em hipótese.

RISCO: Atraso na entrega dos materiais eletrônicos.

Probabilidade - **MÉDIO**;

Impacto - **ALTO**;

c) Ação preventiva - Pesquisar a reputação do fornecedor e revisar os termos do contrato de compra para incluir cláusulas de penalização por atraso;

d) Ação de contingência - Manter comunicação frequente com o fornecedor, estabelecer um plano de ação alternativo caso ocorra o atraso, e considerar fontes alternativas de aquisição se necessário.

RISCO: Recebimento de produtos danificados ou com defeitos de fábrica.

Probabilidade - **BAIXO**;

Impacto - **MÉDIO**;

c) Ação preventiva - Verificar a reputação do fornecedor em relação à qualidade dos produtos, solicitar garantias e políticas de devolução claras antes da compra;

d) Ação de contingência - Estabelecer procedimentos para inspeção dos produtos no momento da entrega, registrar qualquer dano ou defeito imediatamente e acionar o fornecedor para troca ou reparo conforme as garantias estabelecidas.

RISCO: Falha nos materiais logo após o período de garantia.

Probabilidade - **BAIXO**;

Impacto - **MÉDIO**

a) Ação preventiva - Aquisição de marcas com boa reputação em confiabilidade e durabilidade, além de revisar as políticas de garantia e serviço pós-venda do fabricante;

Ação de contingência - Investir em garantias estendidas, manter registros detalhados de manutenção e garantia, e estabelecer parcerias com serviços de reparo confiáveis

Ji-Paraná, 19 de fevereiro de 2026.

elaborado por:

Melissa de A. Arantes

Assistente Administrativo

revisado e assinado por:

Sirlene Muniz Ferreira e Cândido
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0035/GAB/PM/JP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA DE ANDRADE ARANTES, ASSESSOR (A) TÉCNICO - SEMASF**, em 20/02/2026 às 11:33, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 20/02/2026 às 11:59, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2445307** e o código verificador **3C34BDB0**.

Referência: [Processo nº 1-12512/2024](#).

Docto ID: 2445307 v1

ANEXO II

CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-12512/2024 - SEMASF

OBJETO: Aquisição de ferramentas e equipamentos de manutenção predial (*lavadora de alta pressão, escada, cortador de grama, carrinho de mão, furadeira e parafusadeira*) por intermédio da Secretária de Assistência Social e Família para atender as necessidades das Unidades vinculadas: Instituição Adélia Francisca, Casa da Mulher Ji-Paranaense, CRAS Morar Melhor II, CRAS São Francisco e CRAS Jardim dos Migrantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente nº

Agência n.º

Banco

À

Superintendência de Compras e Licitações

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a, nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und	Qnt	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	ESCADA EXTENSIVA 3 EM 1 EM ALUMÍNIO 13X2 DEGRAUS, ESCADA ÁGIL - Escada extensiva 3 em 1 em alumínio 13x2 degraus, escada ágil, feita com ligas especiais de	UND	4	1.042,33	4.169,32

	alumínio, o que lhe confere extrema leveza e resistência, podendo ser utilizada de duas formas: estendida e no formato pintor, possui sapatas antiderrapantes, barras estabilizadoras e rodízios em polipropileno, carga mínima de trabalho 150kg, dimensões: fechada (1xcxh): 0,58 x 0,12 x 4,19 m, aberta em v (1xcxh): 0,94x 2,94x3,53 m, estendido (1xcx h): 0,94x 13,5 x 6,68m				
2	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA 3/8 APERTO RAPIDO DE 3/8 PERF URAÇÃO METAL 6,5MM MADEIRA 15MM TORQUE 10NM LED EMPU NHADEIRA ERGONOMICA LUZ DE BATERIA BATERIA DE 12V - ACOMPANHA: CAIA PLÁSTICA COM TAMPA TRANSPARENTE, 10 BITS, 02 BROCAS E 01 EXTENSOR MAGNETICO E C ARREGADOR.(GARANTIA MINIMA DE 1 ANO COM ENTREGA NO ENDEREÇO: RUA CAMBÉ, 2287 BAIRRO: JK CEP:768 0-000 JI-PARANÁ/RO, CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS RODA MOINHO).	UND	7	193,85	1.356,95
3	CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA 6000 - CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA 6000 Técnica: Referência: 90315740Motor: B4T-6,0V G3Tipo de Combustível: gasolina Potência máxima: 6,0 cv a 3600 rpm Diâmetro de corte: 20" / 51 cm Altura de Corte: mín. 1,5 cm - máx.7,5 cm Regulagens de altura: alavanca única Avanço: tracionado (tração traseira) Rodas: dianteira: 7"/ 180mm traseira: 8"/ 201mm Capacidade do tanque: 1,0 l Consumo: 1,5 l	UND	4	1.857,14	7.428,56
4	LAVADORA DE ALTA PRESSAO - TENSÃO (V): 220 POTÊNCIA (W): 2.200 PRESSÃO (LB/POL²) (BAR): 600 (110) VAZÃO (L/H): 500 COMPRIMENTO DO CABO ELÉTRICO (M): 5 MOTOR DE INDUÇÃO PISTÕES EM AÇO INOX 01 PISTOLA PROFISSIONAL 01 CARRINHO DE TRANSPORTE 01 MANGUEIRA COM TRAMA DE AÇO DE 7,5 METROS 01 TUBEIRA PROFISSIONAL 400 MM 01 BICO LEQUE 01 BICO PARA SHAMPOO 01 ENGATE RÁPIDO.	UN	4	430,67	1.722,68
5	CARRINHO DE MAO 60 LT - CARRINHO DE MAO 60 LT	UND	8	210,96	1.687,68
6	LAVADORA INDUSTRIAL ALTA PRESSÃO MOTOR 2.0CV 450 LIBRAS COM CARRINHO LAVADORA DE ALTA PRESSÃO COMPLETA, FA BRICADA COM MATERIAIS DE ALTA QUALIDADE, COMPACTA E EFICAZ. Lavadora Industrial Alta Pressão Motor 2.0CV 450 Libras com Carrinho Lavadora de Alta Pressão Completa,	UND	2	1.314,97	2.629,94

	fabricada com materiais de alta qualidade, compacta e eficaz. Principais Aplicações: Produtores Rurais, lavagem de calçadas e autos em geral, residências, escolas e condomínios.- Características: :: Motor Nova IP21 :: Válvula em aço inox :: Cabo elétrico de 5 metros com plug :: Mangueira com 10 metros de Extensão :: Esguicho com leque regulável :: Protetor de Correia de Acordo com a norma NR-12 :: Chave elétrica de 30A :: Mangueira de Sucção com 2,5 metros de extensão :: Chave para ajuste das gaxetas :: Manutenção simples e de baixo custo :: Com Carrinho. - Especificações Técnicas: :: Tensão: 220V :: Potência Motor: 2.0 CV :: Vazão (Litros/Minuto): 20 :: Pressão - PSI (bar): 450 (31) :: Número de Pólos: 2 :: Temperatura máxima da água de entrada: 50°C :: Vazão Mínima para Funcionamento (L/ m): 23 :: Capacidade de óleo no carter: 0,5L.				
7	ESCADA EM ALUMÍNIO, EXTENSÍVEL , DUPLA, COM NO MÍNIMO 2 X10 DEGRAUS, COM ALTURA 3,30/5,40M, ALTURA ABERTA 3,00M, ALTURA SEPARADAS 3,20M.	UND	2	585,26	1.170,52
8	ESCADA COM 7 DEGRAUS DE ALUMÍNIO TIPO DOBRÁVEL	UND	1	513,08	513,08
9	CORTADOR DE GRAMA TIPO CARRINHO. CORTADOR DE GRAMA TIPO CARRINHO. Especificações Técnicas: Motor: B4T-6,0V G3 Tipo de combustível: Gasolina Potência máxima: 6,0 CV a 3600 rpm Diâmetro de corte: 22" / 55cm Altura de corte: mín. 1,5 cm - máx. 7,5 cm Regulagens de altura: Independente nas 4 rodas Avanço: Manual Descarte: Saída lateral Rodas: # Dianteira: 7" (180mm) # Traseira: 11" (280mm) Capacidade do tanque: 2,0l Consumo: 1,5l/h - Garantia: 6 meses	UND	1	830,66	830,66
Valor total estimado para todos os itens..... (vinte e um mil quinhentos e nove reais e trinta e nove centavos)					21.509,39

Observações:

- *As licitantes deverão apresentar catálogo, folder, ficha técnica ou declaração do fabricante contendo as especificações dos equipamentos ofertados, que permitam a verificação pelo setor requisitante da conformidade dos produtos ofertados com as exigências desse Anexo II.*
- *Nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações TODOS OS ITENS são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI***
- *Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASGOV/CATMAT/CATSERV, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.*

- *Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.*

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias (mínimo).

Local/ Forma de entrega: Conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- A proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente por este licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do presente órgão antes da abertura oficial das propostas;
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos **90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
 - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
 - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1.**

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos.**

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura.**

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado da empresa:

ANEXO III – A
MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a)** atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c)** suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g)** está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em **www.ji-parana.ro.gov.br**
- h)** no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**
- j)** não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k)** está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l)** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Obs: O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (ou) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.6. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.8. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice..... (**conforme Termo de Referência**), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.17. São obrigações do Contratante:

1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.34. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a

descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.37. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.38. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

1.39. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

1.40. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.41. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

1.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.43. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.45. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.46. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

1.47. 1.47 - Não haverá exigência de garantias contratuais (ou) A exigência de garantias contratuais da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.48. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.49.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - IV. Multa:**
 - 1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.50.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.50.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.50.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 1.50.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.50.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.51.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.52.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.53. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.54. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.56. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.57. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.58. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.59. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.59.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.60. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.60.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.60.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.60.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.61. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.61.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.61.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.61.3. Indenizações e multas.

1.62. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.63. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.64. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.64.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.65. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.66. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.67. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.68. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.69. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.70. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

1.71. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

1-

2-